

Moratória pode minar reserva de mercado

Cristina Chacel

Não é improvável que os Estados Unidos apresentem ao Brasil, durante o curso de uma renegociação da dívida externa, a conta da informática brasileira. Se o Brasil não pode pagar os juros de sua dívida, demonstra sua disposição de pagar quando puder e senta-se para renegociar este débito, a fatura da informática poderá surgir.

Em 1982, os Estados Unidos demonstraram que esta é uma conduta que pode ser adotada. Naquela época, quando o Brasil negociou o chamado empréstimo jumbo, o governo americano jogou na mesa de negociação a necessidade de uma mudança da posição brasileira com relação à inclusão de serviços no GATT (Acordo Geral de Tarifas de Comércio). O Brasil, que era (e continua sendo) contra esta inclusão, manteve-se firme em sua posição e o então ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, chegou a enfrentar duramente a então equipe econômica do governo (o ministro Delfim Neto). O empréstimo não foi negado.

Lembrança

Cinco anos depois, quando o Brasil decide suspender por tempo indeterminado o pagamento dos juros da dívida

externa, surgem algumas vozes sugerindo que uma abertura do modelo de reserva de mercado para a informática representaria um sinal de boa vontade do país com o capital estrangeiro, facilitando, assim, a renegociação da dívida. E o precedente de 82 revela que, se o modelo de informática não é condição *sine qua non* para o diálogo internacional em torno da dívida, certamente não será esquecido neste processo.

O Ministério da Ciência e Tecnologia, comentou um assessor direto do ministro Renato Archer, entende que o país optou por não parar. E argumentou que "sempre que surgem dificuldades, a carta da informática é apresentada". Disse mais: o PMDB tem a disposição política de apoiar medidas "importantes" diante de situações difíceis. Estes são os recados do deputado Ulysses Guimarães.

A situação de moratória é inovadora, ainda não foi vivida. A Secretaria Especial de Informática (SEI) ainda não tem uma avaliação detalhada do nível de ameaça que paira sobre a política que executa. Fonte do primeiro escalão da SEI não acredita, contudo, que as críticas à informática brasileira possam ser levadas à mesa de renegociação do pagamento da dívida externa.

A mesma fonte admite, porém, que possam surgir determinadas sugestões,

tais como: o Brasil precisa de investimentos e de capital novo, mas adota um modelo rígido para a informática. Institucionalmente, a SEI está convencida convencida de que banqueiro é banqueiro, produtor de **chip** é produtor de **chip** e fabricante de computador é fabricante de computador. Os banqueiros não farão concessões porque a empresa "A" ou "B" sairá beneficiada.

Garantia

O presidente da Abicomp (Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos), Antônio Mesquita, viaja no tempo, especificamente para novembro do ano passado, quando o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, lhe garantiu que a negociação da informática "não passa pela negociação da dívida externa". Mas sua tranquilidade, neste momento, não se deve somente à esta garantia. Ele observa que as dívidas governo-a-governo, recentemente renegociadas no Clube de Paris, estão sendo pagas.

— O problema do Brasil é com os bancos privados estrangeiros. A questão da informática é restrita ao governo norte-americano — comenta Mesquita.

O presidente da SID Informática, Antônio Carlos Rego Gil, observa, por

sua vez, que o assunto moratória brasileira tem recebido grande destaque em jornais americanos e, lá como aqui, não há uma compreensão clara da situação e das reações que provocará. "O momento é de confusão", disse, acrescentando, também, que a questão da informática não se mistura com o problema da dívida externa.

Rego Gil elogia o desempenho do governo na negociação do contencioso da informática, ao longo do ano passado. Em sua opinião, o Brasil se posicionou de forma extremamente madura diante das acusações norte-americanas de que o modelo de informática contém "práticas desleais de comércio", e soube ceder em alguns pontos, sem tocar na soberania da lei.

Outros empresários analisam a situação de hoje de forma bastante otimista. A linha de raciocínio é simples: quando o contencioso da informática foi deflagrado pelo presidente Ronald Reagan, o Brasil estava bem, com desempenho positivo na balança comercial, "falando grosso". Agora, que o país nitidamente "pede água", sua estabilidade política e econômica está ameaçada, e a tendência é de que pressões setoriais, como a da informática, diminuam.